

Só a luta e forte greve arrancarão o PCCS: é hora de pressionar o STF!

Diretoria do Sintrajud reforça: mobilização de 7 e 8 de agosto precisa ser vista pelos ministros dos tribunais superiores; Sindicato envia caravana a Brasília no dia 6/8 com bravos servidores e servidoras na luta pela reestruturação



20/06 - Paralisação e ato no TRE pelo PCCS, saúde e direitos

A jornada de lutas de 7 e 8 de agosto se aproxima e o Sintrajud não medirá esforços para fazer desta uma luta vitoriosa. Historicamente, já sabemos da importância da unidade - só assim a categoria garantiu direitos, reajuste e plano de cargos.

Veio nessa toada o consenso por uma jornada de lutas em agosto,

que mobilize nacionalmente e reflita nos estados e em Brasília que a categoria judiciária está pronta para batalhar em uma única frente pela reestruturação de sua carreira.

O Sintrajud envia no dia 6/8 uma caravana a Brasília com bravos servidores e servidoras, que chegarão à capital federal prontos para denunciar o

abocanhamento dos orçamentos dos tribunais pela magistratura, assim como o arcabouço fiscal de Lula/Alckmin. Esta política fiscal mantém o teto de gastos para as áreas sociais, enquanto a dívida pública consumiu, em 2023, segundo a Auditoria Cidadã, 43,23% do Orçamento da União (R\$ 1,89 tri).

Não há, até o momento, qualquer contraproposta do STF ou do CNJ em relação às reivindicações coletivas da categoria, aprovadas nos fóruns sindicais (assembleias nos estados e plenárias nacionais).

O Supremo Tribunal Federal sequer abriu um processo de negociação - por isso, a urgência e importância ainda maior de fazer uma grande jornada de mobilização nos dias 7 e 8 de agosto.

**Dinheiro tem!
A questão é para quem!**

7 E 8 DE AGOSTO: JORNADA DE LUTAS PELO PCCS NEGOCIA, STF!



Saiba tudo sobre o PCCS e participe da luta!

O que está por trás da tentativa de dividir a categoria e ajudando as administrações a manter a política do 'tudo para os juízes, nada para os servidores?

1- O que é a proposta de PCCS apresentada pela Fenajufe?

É uma proposta de reestruturação de carreira entregue pela federação nacional ao STF e ao CNJ em dezembro de 2023. Foi aprovada na plenária em Belém do Pará, que reuniu representantes da categoria eleitos em assembleias estaduais convocadas pelos 26 sindicatos filiados à Fenajufe em todo o país.

2- Por que essa proposta uniu a categoria na plenária com representantes de amplos setores e regiões?

Dois aspectos se destacam: ela valoriza todos os cargos do PJJ: auxiliares, técnicos e analistas. E elimina, com a sobreposição, distorções salariais.

3- Qual o papel do Fórum de Carreira do CNJ?

É um espaço para discussão e estudos dividido em grupos temáticos. Não é espaço de negociação ou impositivo ao presidente do STF. Tampouco é instância deliberativa da categoria. Funciona desde 2021: em mais de 3 anos não assegurou quaisquer conquistas. Retomou os trabalhos em maio de 2024, tendo a tarefa de discutir a proposta da categoria apresentada pela Fenajufe.

4- O que ocorreu no Fórum do CNJ?

No subgrupo de remuneração, os representantes do CNJ decidem por engavetar o PCCS para priorizar a "discussão" de uma reposição linear. A 'Decisão' contrária à carreira e à sobreposição foi tomada com o voto do Sindjus-DF, num fórum que nem sequer deveria votar nada, pois não é deliberativo. E com o duplo voto (minerva) do coordenador do subgrupo, servidor do CNJ e um dos representantes das administrações. Sob a alegação falaciosa, para tentar confundir a categoria, de que isso incluiria recursos no orçamento de 2025.

5- Precisa de nova proposta ao STF para incluir recursos no orçamento de 2025?

Não. A proposta orçamentária do Judiciário para 2025 está em fase final de elaboração. Não há impedimento à alocação de recursos para reajuste salarial a partir do montante global nela previsto. O STF precisa responder à categoria, alocar

os recursos no orçamento e abrir a negociação.

6- Quem está atacando a proposta de PCCS construída nacionalmente pela categoria?

São setores que não respeitam o trabalho democrático que construiu a proposta de PCCS. Como o Sindjus-DF, que atuou 'como governo' e defendeu a aplicação indevida da Lei Fiscal contra a proposta e a sobreposição, mesmo sem base legal para isso. Mas há também setores que possuem a maioria na diretoria da Fenajufe (CUT e aliados), que querem rebaixar a proposta - reduzindo a sobreposição de 5 para apenas 1 padrão - sem consultar a categoria.

7- Já há propostas do STF e CNJ?

Não. Não há qualquer proposta apresentada pelo STF ou CNJ. Tampouco é mais fácil conquistar reajustes lineares, como falam os que querem cessar a mobilização pela reestruturação. O grande desafio, agora, é arrancar do STF o início das negociações e o envio de proposta orçamentária que reserve recursos para os servidores.

8- O que fazer para forçar o STF a negociar e encaminhar nossas pautas?

Não há conquista relevante da categoria que não tenha sido arrancada com negociações estabelecidas sob a força da mobilização, atos, caravanas, paralisações e greve. Não haverá antecipação da parcela do reajuste de 2025, reestruturação da carreira e recomposição sem isso. Os que tentam desmontar o que foi construído vendem ilusões e apostam na divisão. Ajudam as administrações a manter a atual política orçamentária do 'tudo para os magistrados, nada para os servidores'.

9- Qual a principal tarefa hoje nesta luta?

Construir a unidade e a mobilização para avançar na luta pelo PCCS e barrar as tentativas de rebaixá-lo antes mesmo de o STF se pronunciar. As **mobilizações e paralisações por 48h dos dias 7 e 8 de agosto**, com atos nos estados no dia 7 e ato nacional em Brasília no dia 8, são prioridades! Abrace essa luta, converse com os colegas, vamos juntos exigir respeito por nosso trabalho: **negocia, STF!**

